

Edna Cardozo Dias
Advogada
Consultora jurídica e ex professora universitária
Doutora em Direito pela UFMG

A Tutela Jurídica dos Animais

Belo Horizonte - Minas Gerais
2018

© 2018

EDNA CARDOZO DIAS

Editor

Edna Cardozo Dias

Arte-final

Aderivaldo Santos

Revisão

Edna Cardozo

1140-109

Cardozo, Edna

A Tutela Jurídica dos Animais / — Edna Cardozo

Dias: Belo Horizonte/Minas Gerais - 2018 - 1ª edição.

346 p.

1. I. Título.

Pedidos desta obra

Compras por internet site:

amazon.com.br e pela amazon.com:

e-mail: ednacardozo@gmail.com

2018

Impresso no Brasil

Todos os direitos reservados

Sumário

Capítulo 1 - FILOSOFIA E OS ANIMAIS	15
1.1 Os gregos	
1.1.1 Os pré-socráticos	
1.1.2 Os sofistas	
1.1.3 A filosofia socrática	
1.1.4 Platão	
1.1.5 Peripatetismo	
1.1.6 Epicurismo	
1.1.7 A filosofia estoica	
1.2 A visão bíblica - Os santos e os animais	
1.2.1 São Tomás de Aquino	
1.2.2 São Francisco de Assis	
1.3 Filósofos liberais e os animais	
1.3.1 Montaigne	
1.3.2 Hobbes e o contrato social	
1.3.3 Locke	
1.3.4 Francis Bacon	
1.3.5 René Descartes	
1.3.6 Voltaire	
1.3.7 Jean Jacques Rousseau	
1.3.8 Contrato natural	
Capítulo 2 - A PROTEÇÃO DA FAUNA NA COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA E ESTADOS UNIDOS.....	49
2.1 Proteção da fauna na Comunidade Econômica Européia.	
2.1.1 Diretiva 92/43/CEE, de 21/5/1992	
2.1.2. A primazia do direito europeu	
2.2.2. Animais sujeitos de direitos, uma concepção nova que surgiu na Suprema Corte dos Estados Unidos.	
Capítulo 3 - NASCE UMA TEORIA DO DIREITO DOS ANIMAIS	61
3.1 Novas teorias e paradigmas científicos	
3.2 Teoria dos direitos dos animais	
3.3 Animais titulares de direitos fundamentais no Brasil e o Direito	

- Animal como disciplina autônoma
- 3.4 O ensino do Direito Animal
- 3.5 Legitimidade dos direitos dos animais

Capítulo 4- DIREITO DA FAUNA NO BRASIL E NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS 85

- 4 A fauna na Constituição Federal e nas Constituições dos Estados
- 4.1. Conceito de fauna
- 4.2. Natureza jurídica da fauna
- 4.3. Fauna silvestre na legislação brasileira
- 4.4 Criadouros conservacionistas da fauna nativa
- 4.5 Criadouros conservacionistas da fauna exótica
- 4.6. Criadouros comerciais da fauna brasileira e exótica
- 4.7. Criadouros científicos
- 4.8. Fiscalização dos criadouros
- 4.9. Importação e exportação da fauna silvestre brasileira e da fauna exótica
- 4.10. Da caça
- 4.11. Sanções administrativas
- 4.12. Divisão de competências
- 4.13 Ação Civil Pública
- 4.14 Ação Popular
- 4.5. A NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS NO BRASIL E OUTROS PAISES
- 4.5.1. Código Civil brasileiro
- 4.5.2.1 Das pessoas
- 4. 5.2.2 Dos bens
- 4. 5.2.3. Bens e coisas e a vantagem dos animais de deixarem de ser coisas
- 4. 5.3 Legislação europeia
- 4. 5.3.1 Legislação da Áustria
- 4. 5.3.2 Legislação da Alemanha
- 4. 5.3.3 Legislação da Suíça
- 4. 5.3.4 Legislação da França, uma proteção afirmativa
- 4. 5.3.5 Legislação de Portugal
- 4. 6 Legislação do Brasil

Capítulo 5 - CRUELDADE CONTRA OS ANIMAIS	131
5.1 Códigos morais e a sacralização dos animais	
5.2 As primeiras legislações protetoras para os animais	
5.3 Crueldade contra os animais na legislação brasileira	
5.3.1 Experiência dolorosa em animal	
5.3.2 Métodos alternativos	
5.3.3 Inquérito policial	
5.3.4 Ação penal	
5.4 HISTÓRICO DATIPIFICAÇÃO DA CRUELDADE CONTRA OS ANIMAIS COMO CRIME	
5.5 CRIMES DO SÉCULO XX	
5.5.1 A crueldade nas brigas de galos e de canários	
5.5.2 A crueldade nos rodeios e nas vaquejadas	
5.5.3 A Farra do Boi	
5.5.4 Touradas no Brasil?	
5.5.5 A crueldade nas corridas de cães	
5.5.6 Crueldade nas brigas de cães	
5.5.6 Crueldade na produção de soro e o caso do cavalo	814
Capítulo 6 - COMÉRCIO E OS ANIMAIS E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES)	245
6.1.1 Princípios fundamentais da Convenção	
6.1.2 Regulamento do comércio de espécimes incluídos no Anexo I	
6.1.3 Regulamento do comércio de espécimes incluídas no Anexo II	
6.1.4 Regulamento do comércio de espécimes incluídos no Anexo III	
6.1.5 Licenças e certificados	
6.1.6 Isenções e disposições comerciais	
6.1.7 Obrigações das partes	
6.1.8 Comércio com Estados que não são partes da Convenção	
6.1.9 Outras disposições	
6.2 O comércio da fauna na comunidade econômica européia	
6.2.1 Espécimes nascidos e criados em cativeiro ou reproduzidos artificialmente	
6.2.3 Circulação de espécimes vivos	
6.2.4 As sanções	
6.2.5 A União Européia e as convenções firmadas no Conselho Europeu e o bem estar animal	
6.3 Eco-label, o selo verde, CEE sai na frente	

6.4 O ESQUEMA BATTERY CAGE E O MERCADO DE OVOS, CEE SAI NA VANGUARDA

6.4.1 O estresse e as enfermidades

6.5. Indústria de peles

6.6.INDÚSTRIA DE PELES E AS ARMADILHAS LEG-HOLD

6.7 Cruelty free products

6.7.1 Cosméticos

6.8 O MERCADO DE CARNE NA EUROPA

6.8.1 A agropecuária e os animais de fazenda

6.8.2 O comércio da carne de porco e os métodos usualmente adotados pela criação intensiva nos países em que não há legislação de proteção aos animais e ao consumidor

6.9 O COMÉRCIO DA CARNE DE BOI NAS AMÉRICA CENTRAL E NA AMÉRICA DO SUL

6.10 Métodos de abate utilizados no brasil - histórico

6.11 O mercosul e a alteração o decreto 30.691/52

6.12 O que é abate humanitário, segundo a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE?

6.13 FAZENDAS DE PELES

Capítulo 7 - OS ANIMAIS E O MERCOSUL277

7. 1 O MERCOSUL

7. 1 Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil X Argentina

7.2. MERCOSUL

7.2.1. Estrutura do MERCOSUL segundo o POP

7.2.2. O meio ambiente no MERCOSUL

7.3. Princípios

7.3.2. Objetivo

7.3.3. As áreas temáticas estabelecidas pelo Acordo são

7.3.4. Fontes jurídicas

7.4. A controvérsia e suas soluções

7.4.1 Agenda externa do MERCOSUL

7.4.2. Conflito entre MERCOSUL e terceiros países

7.4.3. Organismos financeiros

7.5. Comitê MERCOSUL de Normalização - CMN

Capítulo 8 - O ESTADO ECOLÓGICO.....	291
8.1 Os princípios do Estado Ecológico.	
8.2 Solidariedade como princípio de Direito	
8.3 O princípio da inter-relacionalidade, o Direito das outras espécies	
Capítulo 9 - CONCLUSÃO.....	319
9.1 Buscando um novo paradigma	
9.2 A nova ética	
9.3 O enigma cósmico	
9.4 A rede que tudo envolve	
9.5 O reconhecimento dos direitos dos animais	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	327